

Petição On-line

Petição:	Individual
Nome do 1º Peticionante ou de Pessoa Colectiva:	José Miguel de Araújo Novais Machado
Morada:	
Local:	
Código Postal:	
Documento de identificação:	BI Nº
Endereço Electrónico:	
Objecto sucinto da sua Petição:	Fiscalizar e impor o cumprimento da Lei 12/2008
Texto da sua Petição:	<p>Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia da República, Venho por esta cumprir o que julgo ser um dever de cidadania, cansado de permanentemente assistir, como mero espectador ao enxovalhar da lei de forma impune por empresas nas quais o Estado também possui responsabilidades, resolvi, para que amanhã nem a minha consciência nem os meus filhos possam dizer que eu compactuei por negligência, com a própria situação que eu critico, dirigir a V.Exa esta petição. A Assembleia da República, que o V.Exa tão bem preside, elaborou, aprovou e fez publicar a Lei 12/2008 de 26 de Fevereiro. A referida lei estipula claramente e sem margens para dúvida, no seu nº 2 do artº 9º, que as facturas das empresas objecto desta legislação têm de se reportar a consumos mensais. A EDP, resolveu por sua iniciativa e interesse económico, transformar a regra geral em excepcional, tendo enviado uma missiva aos seus clientes que anexo, que mais não é do que perguntar aos seus clientes se querem que a EDP cumpra a lei ou não. Esta arrogância dos quadros de empresas poderosas como a EDP, TELECOM e diversas distribuidoras de águas, que se sentem superiores à lei, é frustrante, tão mais frustrante porque na prática vai-se tendo a impressão de que realmente o são. A referida lei, muito bem, veio estabelecer alguma racionalidade em mercados onde os consumidores só têm mesmo a lei para os proteger, porque a situação monopolista existe de facto. Ora se o legislador, por exemplo, teve o cuidado de deixar bem claro, bem marcado no espírito da lei que um dos objectivos era acabar com as tranches fixas, nas contas dos consumidores e as empresas utilizando malabarismos jurídicos, fazem da Lei tábua rasa, sem que ninguém faça nada, sem que ninguém se insurge pela defesa do Estado de Direito, a mensagem que passa, não é de certeza inspiradora de comportamentos socialmente elevados. Senhor Presidente da Assembleia da República, investigue por favor esta situação lembrando-se que os consumidores portugueses, que somos todos nós, estamos completamente indefesos perante estas empresas que detêm na prática o poder negocial de um monopolista. Muito lhe agradeço a atenção dispensada. Miguel Novais Machado</p>